

Argumentos contra a guerra nos morros e nos jornais

Maurício da Silva Duarte

Em estudo realizado sobre cobertura jornalística da violência (Duarte, 2003), propôs-se que duas metáforas combinadas formavam um intertexto consensual presente nos jornais cariocas e conduziam as interpretações sobre a criminalidade violenta na cidade do Rio. Como principal efeito do uso frequente das metáforas “da guerra” e “do estado paralelo” estaria a justificativa ou a “racionalização” da crescente opção por uma política de segurança pública fundamentalmente repressiva e militar contra as favelas. Outra consequência seria a indiferença frente à morte de moradores inocentes, tratados como “vítimas civis” desta guerra. No plano mais amplo das estruturas de poder, ideologia e hegemonia, sugere-se haver uma conexão com as historicamente recorrentes políticas de “criminalização da pobreza” desenvolvidas desde a instauração do regime republicano no Brasil.

É importante ressaltar que esta atualização das formas exclusão social e agressão aos direitos humanos ocorre em ambiente político democrático. A “naturalização das desigualdades sociais” (Kant de Lima, 1996) persiste, mas há um ajuste discursivo que Fairclough (2001) tratou como processo de “democratização” e “tecnologização do discurso”, presentes, em especial, nos editoriais, que contrastavam com a nítida evocação belicista das manchetes jornalísticas. Tal ajuste discursivo é, provavelmente, uma reação a pressões sociais por democratização (em especial as advindas dos grupos organizados para a proteção dos direitos humanos), que, recentemente, passaram a denunciar os malefícios do emprego da “metáfora da guerra” por agentes públicos e mídia. Organizações da sociedade civil, em especial a ONG “Justiça Global”, estiveram atentas às disputas interpretativas (linguísticas) da violência. Em suma, por origens, finalidades e métodos de abordagens diversos, a “metáfora da guerra” parece ter deixado o círculo estrito do debate acadêmico.

O que proponho discutir, especificamente, são algumas estratégias retóricas da imprensa, ao utilizar a “metáfora da guerra”, pois entendo que, embora positivo, o debate atual restringe-se à dimensão semântica, como se a ação do uso da metáfora nos processos sociais fosse limitada a gerar uma espécie de “agenda semântica”. Evidentemente, esta é uma dimensão fundamental da questão, uma vez que o uso vocabular embute classificações de poder e organização ideológica do universo nomeado, além de ocultar outras possibilidades (Pinto, 2004). Fairclough (2001), entretanto, reitera que se deve estar profundamente atento ao que “subjaz ao discurso”, ou

seja, o gerenciamento das práticas (ou relações) sociais ali operadas. Se pensarmos em termos de agenda, deveríamos utilizar mesmo o conceito de *agenda setting*, mas na forma como o definiu Muniz Sodré (1996), como um exercício de poder (simbólico) pelo jogo de ocultação e iluminação dos fatos e suas relações contextuais, num jogo de persuasão que dirige não apenas a seleção dos fatos (“sobre o quê”, a semantização) a discutir, mas também “como” (ângulos interpretativos e imposição de relações consideradas válidas entre os fatos). Neste sentido, denominei este aspecto do fenômeno como “obstrução discursiva”, pelo apagamento de questões fundamentais no diagnóstico para as políticas públicas sobre violência.

Assim, em primeiro lugar, vou explicitar algumas premissas, com foco sobre as possibilidades de ação da metáfora da guerra nesta obstrução acima referida. Em seguida, reproduzo duas questões pouco presentes no debate público-midiático, embora sejam, há bastante tempo, consensuais no ambiente acadêmico.

Não é porque os espíritos são crédulos e supersticiosos que os homens tornam-se dominados pela religião, mas a força da religião reside nas possibilidades que abre para que a dominação seja mantida. É possível fazer uma analogia entre esta passagem célebre de A ideologia alemã e as obstruções discursivas resultantes do intertexto consensual de que o Rio de Janeiro vive uma guerra em seus morros. Tal interpretação abre possibilidades para justificar as práticas sociais belicosas e também orientar a política de segurança pública. Ou seja, a convicção da guerra, em si mesma, não é responsável pela exclusão social, mas abre possibilidades imensas para o controle sobre a população das comunidades faveladas ao se tornar um dado da realidade. A própria constatação empírica de que a “metáfora da guerra” passou a ser tratada pelo jornalismo carioca como conceito da realidade já era prevista teoricamente por Fairclough (2001, p. 241), que nos lembra que “as metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de texto, mesmo nos casos menos promissores, como os textos científicos e técnicos”. O linguista inglês também alerta sobre a importância das metáforas na produção de sentidos para as práticas sociais: “quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra” (Fairclough, 2001, p. 241).

A noção muitas vezes combatida de que a realidade pode ser construída na linguagem não guarda relação com a célebre análise marxiana da inversão do “plano ser-pensamento”, que pode ser sintetizada na noção de que não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais que formam o verdadeiro problema da humanidade. Larrain (1988, p.184) nos fala, porém, de outra fase da reflexão sobre ideologia, inaugurada com a redação dos *Grundrisse* em 1858 e que se caracteriza pelas relações sociais capitalistas adiantadas, cujo produto final seria *O Capital*. A palavra ideologia quase desaparece desses textos, mas se evidencia pelo uso

constante e a reelaboração justamente da noção de inversão. Agora, se as ideias deformavam ou invertiam a realidade, era porque a própria realidade estava invertida. A análise das relações capitalistas leva Marx a concluir que a conexão entre consciência invertida e realidade invertida é mediada por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade. Própria à circulação e consumo, essa esfera é constituída pelo funcionamento do mercado e da concorrência nas sociedades capitalistas. Ela é uma manifestação invertida da esfera da produção, o nível subjacente das relações reais. Milton José Pinto (1999) já demonstrava que esse “nível da aparência”, essa manifestação da consciência (a forma como esta “aparece”) nada mais é que a linguagem. Portanto, a dialética aparência (linguagem) e práticas sociais (relações reais) e o fato daí decorrente de que a linguagem deve ser percebida como constitutiva das relações sociais não deveriam causar espécie às diversas teorias materialistas das Ciências Humanas.

A noção de “construção de realidades”, porém, é derivada da obra de Foucault e sua reflexão sobre a “criação do objeto” (Fairclough, 2001), que traduz o foco analítico de sua *Análise de Discursos*. Norman Fairclough (2001, p.62-63) explica que o filósofo Michel Foucault centra-se nas “condições de possibilidade do discurso” e sobre as “regras de formação” que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso (o dispositivo estratégico). Trata-se de um circuito em que o sujeito ou a instituição constrói o problema (ao fazer o recorte do objeto) e os saberes (e os profissionais que os pesquisam e atuam sobre ele), as causas e a normalização dos seus efeitos.

Como exemplifica Misse (1995a, p.3), explicações deterministas — como a relação monocausal pobreza-crime — passam a constituir o processo de construção do objeto. Quando um tipo de comportamento é recortado como “crime”, logo um saber se constituirá sobre as suas causas e o saber produzido fica vinculado ao desenvolvimento do controle dos efeitos e também à construção de dispositivos de controle sobre os efeitos. Por sua vez, os resultados obtidos nesse controle reforçam necessariamente o saber sobre suas causas. Como forma de contornar a impossibilidade de propor soluções imediatas para o fim da pobreza, controlam-se os pobres. O resultado é um maior aprisionamento dos pobres, o que reforça o vínculo entre pobreza e crime (Misse, 1995a, p.2). As duas metáforas estudadas podem ser entendidas como “construtoras de realidade” por se enquadrarem nesse circuito e reforçam uma interpretação sobre o vínculo entre crime e pobreza, já superada no debate acadêmico.

O relato cotidiano dos jornais faz parte da nossa relação imaginária ou real com a criminalidade e o caráter encenatório recorrente das notícias sobre a guerra nos morros e o alto grau de exposição das interpretações aí geradas podem produzir efeitos não premeditados. Os jornais produzem uma imagem do que se imagina ser o comportamento policial ou criminoso, mesmo que

os jornalistas não se deem conta disso. Todo agir ou relatar implica um recorte do real e pressupõe regras, além da criação de uma imagem do que é a realidade (a utilização dessas regras). Por isso mesmo, Fairclough (2001, p.62-63) observa, quanto às metáforas, que elas podem ser de tal modo naturalizadas no interior de uma cultura particular “que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas em seus textos, pensamento ou ação, mesmo quando se chama atenção para isto”.

Assim, a reflexão sobre o papel estruturante da metáfora no agir cotidiano é uma inquirição sobre em que circunstâncias este papel é potencializado. Em outras palavras, por que, por exemplo, o emprego da metáfora da guerra teria efeitos tão devastadores quando aplicado à segurança pública, mas não tão espetaculares quando empregado nas notícias políticas ou sobre saúde? O próprio Fairclough (2001, p. 241-3) estudou a metáfora da guerra aplicada a essas duas últimas situações, para concluir sobre evidências da disseminação de um “pensamento militarizado” (isto é, identificou na presença vocabular – ou “agenda semântica”- a hegemonia de determinadas práticas sociais).

Para melhor responder à questão, é preciso explicitar a visão linguística cognitiva de George Lakoff e Mark Johnson em *Metaphors we live by*, publicado em 1980, em que os autores propõem que a metáfora se infiltra no pensamento, na constituição de conhecimentos e crenças, na linguagem do dia a dia. Eles mostram que:

1-Metáfora é uma propriedade de conceito, não das palavras.

2-A função da metáfora é melhor entender certos conceitos, e não apenas atender a propósitos artísticos ou estéticos. Longe de ser um pensamento supérfluo ou um agradável ornamento linguístico, a metáfora é um processo inevitável do pensamento e da razão humana.

3-Metáfora frequentemente não é baseada em similaridade.

4-Metáfora é usada sem esforço na vida diária das pessoas comuns, não apenas pelas pessoas com talento especial.

Na primeira metáfora, a relação mecânica e automática entre pobreza e criminalidade é tratada como uma das causas da violência e fundamenta a noção de que há uma “guerra” nos morros do Rio. A metáfora da “ausência do Estado” nas favelas orienta outro reducionismo no debate sobre violência. Se a “guerra” reduz a política de segurança à repressão pura e simples, a

dicotomia “asfalto” e “favela” oculta o que entendemos ser uma múltipla fragmentação da cidade em arenas privatistas, além das mediações da cultura política autoritária brasileira que impediu a universalização do Estado Nacional republicano, isto é, a extensão plena dos direitos aos ambientes populares em geral. O que poderia ter o efeito de “potencializar” o uso das metáforas? Creio que o fenômeno se dá pelo processo de universalização de processos sociais particulares (Duarte, 2003). Isso nos remete a outra figura de linguagem, a metonímia (mais exatamente a sinédoque, quando tomamos “a parte” pelo “todo”, e a hiponímia, relação de pertencimento do particular a um conjunto mais amplo, como em “uva” e “fruta”). Assim, por exemplo, aquilo que o documentarista João Moreira Salles chamou de “guerra particular” entre policiais e traficantes generalizou-se para uma guerra da cidade contra as favelas, da mesma forma que o poder paralelo de traficantes ganhou status de um Estado, em especial pela sua atuação tirânica e repressiva. A mesma operação de convergência entre metáfora e metonímia ocorreu na morte de Tim Lopes, que fez dos traficantes “senhores de um Estado”, porque eles o prenderam, julgaram e mataram.

Enfim, o foco da ação do Estado é a repressão, sem dúvida, um aspecto do papel a ser por ele exercido, mas não “todo o papel” do Estado. Neste jogo de generalizações construídas metonimicamente, as metáforas turbinam seu papel estruturante da forma que pensamos e agimos. Trata-se de um processo de sinédoque e hiponímia através do qual fatos materiais como os espetáculos dos tiroteios experienciados pela população ou o domínio tirânico do tráfico sobre territórios da cidade servem de álibi para retratar as várias formas de violência como “guerra”. Tal processo metonímico ocorre fundamentalmente na imprensa, a meu ver, especialmente pela forma habitual como os jornais passaram a construir as notícias por um viés encenatório, ou a misturar informação e entretenimento, nas palavras de Fairclough (1995, p. 42-43). Não se trata, portanto, apenas da forma com que os jornais semantizam (metaforicamente) os fatos, mas também da seleção, gerenciamento e espetacularização da exposição diária dos fatos (*agenda setting*). Ao privilegiar o entretenimento, como um conta-gotas mental, os jornais recorrentemente iluminam a ação violenta, ocultam as mediações e subordinam outras possibilidades interpretativas ao mais espetacular e vendável. É o medo oferecido como mercadoria.

Já na apresentação do livro de Antonio Serra, Muniz Sodré (1980, p.11) faria uma instigante análise do uso do *fait-divers* pelos jornais ditos “sérios”:

Quando a imprensa dita ‘de qualidade’ nos fala ou nos mostra, em reportagens, os ‘homens de ouro’ da polícia em plena sessão de treinamento de combate (judô, tiro ao alvo, etc.), o texto ou as imagens não nos passam pura e neutra informação. Trata-se, antes, de uma operação mítica: a reportagem produz os seus efeitos a partir do fascínio dos crimes que poderão ocorrer e ser combatidos pelos ‘bravos de outro’. O real é encenado e, por antecipação, resolvido, como na magia.

Assim, Sodré estenderia a todo o jornalismo o conceito de *fait-divers*, teorizado por Barthes como “um tipo popular de informação que enfoca o anômalo e teratológico do fato, usado para narrar a história em função de um espaço fechado sobre si mesmo, intemporal, voltado para a essencialidade de um Destino”. Portanto, uma categoria que explicita a dimensão interpretativa a-histórica, ficcional e folhetinesca dos fatos, operada pelos jornais populares. Para Sodré, o *fait-divers* é mais que uma simples categoria, ele é uma grade sistemática de elaboração da notícia, tanto na imprensa “de qualidade” como na “popular”. Em todos os jornais impressos, a ficcionalização do fato (e da vida cotidiana), a encenação, é oferecida como mercadoria.

A hipertrofia da dimensão da narrativa de entretenimento no texto informativo, o recurso ao entretenimento como elemento persuasivo, tem consequências ideológicas importantes, que deixam marcas nos modos de dizer dos jornais. Fairclough (1995, p. 42) enfatiza que a imprensa e os meios audiovisuais comerciais são organizações que visam ao lucro. Mercadorias simbólicas, os textos de mídia circulam por lucro dentro de um mercado e são sensíveis aos efeitos das pressões comerciais. Em geral, disso resulta uma programação que tende a enfatizar o entretenimento e reduzir o interesse por qualidades informativas ou educacionais. O conteúdo e o estilo de comunicação (as formas de dramatização, elaboradas a partir de modelos de ficcionalização) dos programas são afetados pelas pressões comerciais, influenciam a escolha dos assuntos e as formas com que são construídos. Em resumo, podemos dizer que a metáfora da guerra:

1-Evidencia a importância do pensamento militarizado, aparecendo em muitas dimensões da vida social, em especial aquelas mais competitivas (educação, saúde, política, esporte, etc). Entretanto, mesmo uma “batalha campal” entre jogadores brigões, o acirramento da disputa política ou a “saúde sitiada” por falta de verbas não oferecem as mesmas consequências de um tiroteio entre policiais e bandidos numa favela situada na zona sul ou no centro do Rio, com o espetáculo de fuzis, caveirões e balas traçantes. Classificar de “guerra” tais espetáculos é estar, pretensamente, muito mais próximo de uma reflexão conceitual.

2-Os jornais não apenas “inventam” a guerra pela semantização desses fatos materiais. Eles o fazem também pela seleção, exposição cotidiana e, aí sim, gerenciamento das relações entre fatos da realidade. Nomeações como “guerra do Rio” tornam-se conceituais neste jogo em que o rótulo é pregado a cada foto ou manchete sensacional sobre balas perdidas, tiroteios e atos tirânicos do narcotráfico.

Já sobre as questões fundamentais que deixamos de discutir, em virtude do foco nas ações belicosas, podemos citar duas, em especial. Tais questões tornam-se relevantes não exatamente por serem inovações conceituais elaboradas em pesquisas recentes. Ao contrário, as duas questões reúnem vários consensos que começaram a se formar há três décadas no meio acadêmico, como veremos a seguir. Desde então muito se produziu e aprofundou no conhecimento sobre a violência no Rio de Janeiro. Como ensina Milton José Pinto (2003, p.1):

A análise de discursos não tem a pretensão de (re)traçar as causas econômicas, sociais e políticas da violência que atravessa a sociedade atual, mesmo porque isto já foi feito exaustiva e repetitivamente pelos filósofos, cientistas sociais e pelos políticos. Mas ela tem muito a dizer sobre a função que os discursos têm na construção, reprodução e transformação das representações do mundo que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem em processos de comunicação, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia a dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar “dar a última palavra”, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso.

Trata-se, pois, de propor que algumas estratégias retóricas empregadas pela mídia tornam a representação da violência como “guerra” o modo “normal” e “natural” de enxergar o problema, ocultando outras possibilidades. O que atinge mesmo interpretações já consolidadas nas Universidades. Não se trata, ainda, de detectar qualquer convergência metodológica entre as diversas posições ou delimitar graus de convergência, concorrência ou complementaridade. Em comum — e é isso que nos interessa — há o fato de serem visões críticas que concorrem na esfera pública e propõem uma nova cultura, isto é, abordam a questão a partir das estratégias de inclusão social.

CONTRA A RELAÇÃO MONOCAUSAL ENTRE VIOLÊNCIA E POBREZA

No final da década de 80, Edmundo Campos Coelho propõe que uma relação de causalidade direta entre a elevação do nível da criminalidade e o desemprego, a pobreza e as crises econômicas seria intuitivamente simples e com um forte apelo político. O senso comum já se teria apropriado da explicação determinista e linear da pobreza como causa para a motivação criminosa. Coelho (1988, p.157) sugere que este seria um dos complicadores para a formulação de políticas de segurança pública, ao tornar o problema “equivocadamente mais complexo do que realmente é. Apenas uma fração ínfima dos pobres ou dos desempregados escolhe a alternativa criminosa, e não necessariamente por ser pobre ou estar desempregada, nem há indicações seguras de que esta fração esteja crescendo no mesmo ritmo em que cresce a criminalidade violenta”.

Ao questionar a monocausalidade direta entre violência e o índice de pobreza, o autor dirige o enfoque para o enfraquecimento da autoridade do Estado. A criminalidade seria “uma função direta da capacidade dissuasória do sistema de justiça criminal”. Pesquisas de opinião

apontariam a transformação do interesse social por uma justiça retributiva, repressiva, em vez de uma justiça distributiva. Junto à opinião pública (em grande parte, construída pela circulação das novas interpretações na imprensa), a preocupação com as causas sociais da violência cede lugar aos temas do aparelhamento da força policial, do aperfeiçoamento da máquina judiciária e do fim da impunidade. Mas tal processo de “desnaturalização” não seria acompanhado de uma relativização na noção de vigilância e criminalização dos pobres. Ao contrário, a década de 90 seria a de afirmação deste controle pela “metáfora da guerra”.

A compreensão deste deslocamento é, em parte, criticada por Misse (1995, p. 23-39). Ele assim resume os argumentos dos pesquisadores que se opõem a uma “correlação causal direta entre indicadores de pobreza e criminalidade”:

1. Se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminoso, e não é.
2. A esmagadora maioria dos presos é de pobres, pretos e desocupados porque a polícia segue um “roteiro típico” que já associa de antemão a pobreza (ou a marginalidade e também os negros e desocupados) com a criminalidade.
3. Os próprios pobres declaram nas pesquisas que não se identificam com nenhuma carreira criminal, pois são “trabalhadores honestos”. Além disso, a “tese” não explica por que a maioria dos criminosos pobres é masculina e jovem.

Fundada nestes três pontos, a argumentação seria incompleta e unilateral. Ao se limitar à simples negação deste vínculo, a crítica apenas contribuiria para manter a lógica que dá maior visibilidade ao crime dos pobres. A “tese” não explicaria, por exemplo, por que a maioria dos criminosos pobres é masculina e jovem. A crítica à hipocrisia policial e judicial seria correta, por denunciar os preconceitos que mantêm impunes a classe média e as classes dominantes, enquanto excede em rigor com os pobres. Acertaria outra vez na crítica ao reducionismo da complexa questão criminal a uma causa única e suficiente ou determinante. No entanto, aduz Misse (1995), condições de vida, sociabilidade e habitação dos setores excluídos seriam mediações importantes para compreender as condutas criminais. A ênfase em separar criminalidade de pobreza, portanto, retardaria o desafio de compreender em que níveis elas estão relacionadas. De toda forma, o quadro analítico seria completamente transformado a partir dessa discussão. As dimensões cultural e política passariam a compor de forma necessária os modelos explicativos mais sofisticados sobre a relação entre pobreza e criminalidade, numa “ressignificação das ações delituosas e criminais” (Carvalho, 1994, p.264).

Desde então, nos meios policiais e na imprensa, a metáfora da guerra começa a ser consolidada como interpretação hegemônica para a política de segurança. Na prática, ela simboliza um retrocesso em relação às conquistas democráticas populares, um retorno ao foco repressivo no controle aos pobres (em especial favelados), agora explicitamente criminalizados. A política guerreira de segurança foi oficialmente institucionalizada a partir de 1995, no governo Marcelo Alencar. O então secretário de segurança Nilton Cerqueira reforçou o potencial simbólico da guerra entre polícia e traficantes, ao instituir uma política de incentivos à caça (e morte) de bandidos, publicizada pela mídia como “premiação faroeste”. De 1995 a 1998, houve 821 policiais promovidos por bravura e 5.364 tiveram gratificações incorporadas aos salários (Alvito, 2001, p. 89). Na sua passagem pela Secretaria, o general Nilton Cerqueira celebrizou-se por declarações como “bandido não é cidadão, muito menos civil”; e “O Rio vive uma guerra não declarada”. Entre as contribuições deste general à esfera pública, está a fixação dos termos “terrorista” e “terror” às manifestações de protesto popular (“É preciso ocupar os territórios inimigos para impedir a repetição de manifestações terroristas como em Acari”).

A historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho (1994, p. 259-268) propõe um outro deslocamento a partir da discussão sobre os vínculos entre pobreza e criminalidade. Sua interpretação fundamenta-se na relação entre Estado e sociedade civil. A “desprivatização” do Estado pelas redes assistencialistas deve ser conjugada com a autonomização dos atores e o acesso à cidade (seus direitos políticos, civis e sociais). Ela identifica dois grandes modelos explicativos sobre a violência urbana no Rio, que concorrem e se justapõem na mídia. O primeiro, que discutimos acima, remete às desigualdades sociais decorrentes do processo autoritário de modernização econômica do Brasil no regime militar. A pobreza crescente, a incapacidade de o Estado implementar políticas distributivas, a ampliação da exclusão social e política provocaram o crescimento da criminalidade violenta. O segundo modelo privilegia a dinâmica cultural e a autonomia das formas políticas. Enfatiza a especificidade do Rio como antiga capital federal e os efeitos da desorganização social, provocados pela conjuntura antidemocrática. Com a retração do Estado, cresce a barganha clientelista e as formas de recusa à legalidade. No campo intelectual, a sociologia nega o reducionismo econômico como “causa única e estrutural” das manifestações antissociais na cidade e das desigualdades sociais.

Carvalho (2000, p.48) propõe como parâmetro o tema da liberdade. As análises devem investir menos na interpretação da violência como uma resposta anárquica à situação de pobreza e exclusão social e mais como o resultado da privação de liberdade que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade. Na prática, significa que o consumismo, as brutais diferenças sociais e fatores econômicos em geral têm muito a ver com a

criminalidade. Mas, embora seja um elemento explicativo fundamental, é impossível isolar qualquer fator econômico, sem estabelecer o seu entrelaçamento com a dinâmica política e cultural (dimensão da liberdade). Isso também não significa dizer que o econômico é “determinante em última instância”, porque ele não possui prevalência sobre a ordem cultural ou política. O peso desses fatores varia de situação para situação, não podem ser isolados.

O deslocamento do foco obrigou a refletir sobre as relações históricas entre um Estado excludente, uma sociedade civil frágil e a população. Pouco democratizado, afastado dos interesses populares, o Estado tem servido a interesses patrimoniais e assistencialistas, sem legitimar a sua autoridade. Não se trata, portanto, de um Estado republicano, ausente das favelas, mas de uma crítica ao autoritarismo nos 500 anos de construção do Estado brasileiro. O ambiente social da cidade do Rio de Janeiro passou a ser encarado a partir de sua situação particular. Em São Paulo, as elites industriais exerceram forte organização e controle sobre o mundo operário e popular. No Nordeste, as oligarquias municipais eram ativas nesse controle. No Rio, a heterogeneidade social foi mais forte, a vida cultural mais autônoma. Passou-se a levar em conta a liberdade social e a autonomia cultural, associadas à exclusão política, como marcas de uma cidade fragmentada em várias redes assistenciais (que compreendem desde as igrejas até a burocracia pública e o crime).

O ESPELHO DO TRÁFICO GLOBALIZADO NÃO É O ESTADO, MAS O MERCADO

Na atividade “assistencialista” dos traficantes, convergem elementos da tradição comunitária (as hierarquias sociais, com seus privilégios mas também obrigações) e as práticas sociais próprias a um Estado pouco democratizado (“privatizado” e clientelista). Zaluar (1996, p. 54-55) aponta ainda a importância da introdução recente de novos elementos culturais, advindos da inserção do Brasil na globalização. As quadrilhas estruturaram-se como empresas (ainda que militarizadas), que, muitas vezes, desenvolvem complexas relações com o mundo legal dos negócios e instituições policiais.

A própria imagem que os integrantes das quadrilhas têm de si próprios não se apoia apenas em parâmetros militares, que talvez nem sejam a referência principal. Na verdade, a ideia de que eles compõem uma organização dedicada a um comércio ilegal parece mais forte do que a de um exército (Alvito, 2001, p. 113). Numa quadrilha, apenas uma minoria pega em armas. A maioria trabalha de vigia ou fogueteiro, na preparação da droga ou na distribuição. Há elogios à coragem e pontaria do soldado do tráfico, mas também à capacidade do gerente de misturar componentes químicos com precisão e à produtividade dos endoladores. Como em qualquer empresa, há critérios

de ascensão funcional. O vocabulário é pródigo em termos ambíguos, que remetem ao comercial e ao militar (“movimento”, “soldados”, “seguranças”, “gerentes”, “dono”). A atividade econômica do tráfico no Rio é expressiva e tornou a carreira de traficante parte das possibilidades de vida dos jovens, embora saibam que ela é curta e condenada a um final trágico (Alvito, 2001, p. 114-115).

Assim, o tráfico parece estruturar-se empresarialmente, com uma central, uma matriz e suas filiais. Apesar de a contabilidade ser centralizada, as ações são descentralizadas, mas preveem um controle de qualidade sobre os produtos vendidos “no varejo”, para preservar a reputação da firma (Alvito, 2001, p. 115). A estrutura empresarial não se restringe à produção e distribuição. Há estratégias de marketing na disputa pelo consumidor. Os “sacolés” de cocaína têm “marca”, cujos nomes têm apelo publicitário, que visam fixar a marca. Incluem títulos de novelas e nomes da localidade onde são vendidas ou de personalidades (Bill Clinton, Rei do Gado, etc.). Os “bons clientes” são cortejados com brindes em ocasiões especiais, de acordo com modernas táticas de fidelização do consumidor. Enfim, trata-se de uma transformação completa em negócio. A própria noção de que as facções de traficantes constituem-se como “crime organizado” é criticada (Alvito, 2001, p. 116-117).

Especificamente no Rio de Janeiro, pode-se relativizar a combinação da carência absoluta de bens de cidadania e da omissão do Estado como promotor do bem-estar coletivo. Nas décadas de 50 e 60, os excluídos chegaram a obter relevância na cena política e o esvaziamento político dos favelados ocorreu no regime militar pelo programa do “remocionismo”, com fórmulas que priorizavam o reforço do aparato policial e do Exército para “limpar” as ruas (Burgos, 1999, p. 39). O objetivo era remover também o favelado como ator político e gerou duas lógicas inseparáveis, o ressentimento, que distanciou a vida social das favelas e conjuntos habitacionais da vida política da cidade, e o clientelismo, que se cristaliza como oportunidade, em contexto de autoritarismo e ausência de políticas públicas. Em vez de luta por direitos, ocorre a disputa por favores clientelistas, o que levaria a uma tendência à oligarquização das favelas (Burgos, 1999, p. 39-40).

A partir de 1982, com a eleição do governador Brizola, desenvolveu-se uma agenda social específica para as favelas do município do Rio. Entre 1983 e 1985, 60 favelas receberam sistemas de água e esgoto, incorporados às redes dos seus bairros. A Comlurb passou a fazer coletas de lixo. Um programa de iluminação pública foi iniciado em julho de 1985, pela Comissão Municipal de Energia, além do Programa Cada Família Um Lote, da Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação. Desenvolveu-se uma política de direitos humanos para as favelas, que definiu uma nova conduta para as polícias civil e militar, baseada nos direitos civis dos favelados (Burgos, 1999, p.39-40).

Esta presença estatal nas favelas não mudou a interpretação da violência. Ainda nos anos 1980, novos grupos criminosos disputam a hegemonia nas favelas e conjuntos habitacionais. Embora presentes desde os anos 1970, os bicheiros ganham evidência e disputam a liderança local. De outro lado, os traficantes. Enquanto a tirania do crime obstruía os canais de expressão das demandas dos interesses dos moradores de favela junto à nova institucionalidade, construída com a volta ao Estado de Direito, as interpretações hegemônicas faziam crer que os criminosos tinham iniciativas “estatais” (como se algum desses grupos houvesse realizado serviços como construção de escola, de posto de saúde, coleta de lixo ou iluminação pública).

Nos anos 1990, teve início o programa Favela-Bairro, voltado para a carência de direitos sociais existente nas favelas. Apesar dos investimentos da década de 1980, o deficit de direitos sociais referentes à infra-estrutura de água, esgoto permanecia elevado. De um lado, a interpretação estreita das carências populares como falta estritamente material, sem vínculos com as desigualdades políticas e jurídicas, continuaria a dificultar o entendimento dos vários aspectos dos direitos da cidadania (civis, políticos e sociais). De outro lado, a crise fiscal do Estado brasileiro e o ideário neoliberal dominante pressionavam pela restrição de direitos.

A participação política e o acesso à Justiça são fundamentais na efetivação dos direitos sociais, pois favorecem o controle da população sobre os serviços públicos. É na ação política, portanto, que reside a esperança de uma cidade menos violenta. A exclusão de bens de cidadania (moradia, trabalho, educação, saúde) impede a autonomia da população frente às redes de subordinação pessoal presentes na base da sociedade carioca (máquinas partidárias clientelistas, igrejas, contravenção, crime etc.). Para que possam administrar a vida sob as regras impessoais e universais do jogo democrático, os segmentos mais pobres da população precisam conquistar direitos civis, sociais e políticos. E a brutal noção de uma ocupação apenas militar dos morros em nada contribui para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITO, Marcos. “A Honra de Acari”. In.: ALVITO, Marcos e VELHO, Gilberto (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

_____. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In.: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1999.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette

Letras, 1994.

_____. “Cidade Escassa e Violência Urbana”. In: IUPERJ. Violência e participação política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos, nº. 91, agosto de 1995.

_____. “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In.: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; RONDELLI, Elisabeth; SCHOLLHAMMER, Karl Erik e HERSHMANN, Micael (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DUARTE, Maurício da Silva. “Cidadania obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência no Rio”. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Media discourse*. Londres: Arnold, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto. “A Administração dos Conflitos no Brasil: a Lógica da Punição”. In.: ALVITO, Marcos e VELHO, Gilberto (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

LARRAIN, J. “Ideologia”. In: BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MISSE, Michel . “Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil — Uma Abordagem Crítica, Acompanhada de Sugestões para uma Agenda de Pesquisas”. In: IUPERJ. Violência e participação política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos nº. 91, agosto de 1995.

_____. “Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas”. Mimeo, 1995a.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso - introdução à análise do discurso*. São Paulo, Hacker Editores. 1999.

_____. “Discurso e Violência”. Revista Virtual Semiosfera ECO/UFRJ, edição especial, 2003.

SODRÉ, Muniz. “Prefácio”. In: SERRA, Antonio. *O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. *Reinventando a cultura – a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta - organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *Cidadãos não vão ao Paraíso — juventude e política social*. São Paulo: Editora Escuta; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994a.

_____. “A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local”. In.: ALVITO, Marcos e VELHO, Gilberto (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

MAURÍCIO DA SILVA DUARTE é doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ), mestre em Sociologia (IUPERJ), graduado em Jornalismo (UFF) e História (UFF), professor do departamento de Comunicação Social da Universo, campus Niterói, e pesquisador do Centro de Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (CEMEL TRE-RJ).

Submetido: 06/04/2009.

Aceito: 30/05/2009.